

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **POUSO ALEGRE**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Pouso Alegre, 22/9/2009

I - Apresentação

Em 22/9/2009 foi realizada, na Câmara Municipal de Pouso Alegre, a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Pouso Alegre e região.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Dalmo Ribeiro Silva e Ruy Muniz, participaram da reunião: Sérgio Franco, Juiz de Direito da Comarca de Pouso Alegre, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Tereza Cristina Coutinho, Promotora de Justiça da Comarca de Pouso Alegre, representando o Procurador-Geral; Rafael Borba Arakak, Delegado da Polícia Federal em Varginha, representando o Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal em Minas Gerais; Emilson Loures da Silva, Chefe Substituto da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino, representando a Secretária de Educação; Juliana Campolina, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social, representando o Secretário de Desenvolvimento Social; Raquel Ribeiro Costa, Coordenadora Regional da Defensoria Pública em Pouso Alegre, representando o Defensor Público-Geral; Cel. Márcio Martins Santana, ex-Comandante da 6ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional da Polícia Civil; Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil; Renato Mendes, Delegado de Polícia; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude; Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar; Aguinaldo Perugine, Prefeito de Pouso Alegre; Vereador Paulo Henrique Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Mariana Aparecida Pereira, Benedito Antônio de Souza Oliveira, Altair Amaral, Antônio João de Faria, Moacir Franco, Vereadores de Pouso Alegre; Marcos Tadeu, Vereador de Jacutinga e Presidente do Consep; André Luiz Ferreira Sales, Presidente do Consep de Andradas.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições e discussão

O Delegado Hafez Tadeu iniciou sua exposição esclarecendo que Pouso Alegre pertence à 6ª Região Integrada de Segurança Pública – 6ª Risp –, que tem sede em Lavras e é composta pelo 6º Departamento da Polícia Civil, pela 6ª Região da Polícia Militar e pelo 9º Batalhão de Bombeiros Militares. O 6º Departamento da Polícia Civil é composto por nove delegacias regionais: Alfenas, Campo Belo, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço, Três Corações e Varginha.

No 1º semestre de 2009 houve 90 homicídios, 116 tentativas de homicídio, 521 roubos, 395 roubos à mão armada, 6 latrocínios e 12 sequestros. Na 6ª Risp foram lavrados 24.374 Boletins de Ocorrência e 18.993 Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCOs; instaurados 17.121 inquéritos e 34.122 inquéritos foram devolvidos a prazo; 53.143 inquéritos foram relatados e remetidos à Justiça. Estão em andamento 140.081 inquéritos, o que representa, segundo o Delegado, grande sobrecarga de trabalho.

A Polícia Civil na 6ª Risp é composta por Delegados, Médicos-Legistas, Peritos, Agentes de Polícia e Escrivães. Segundo o Delegado, no período de janeiro a agosto de 2009 foram realizadas 74.361 oitivas e 70.376 intimações; 21.333 ordens de serviço; 335 interceptações telefônicas; 2.133 mandados de busca e apreensão foram cumpridos; 1.751 pessoas foram presas; 108.260 certificados de veículos e 53.244 carteiras de identidade foram expedidos; 3.678 laudos foram elaborados e 11.646 perícias foram realizadas pelo IML.

A seguir, o Delegado informou a composição do quadro de servidores da Polícia Civil na 6ª Risp, que é de 9 Delegados Regionais, 103 Delegados, 158 Escrivães, 44 Peritos, 26 Médicos-Legistas e 345 Agentes, num total de 685 servidores. “Esse é o contingente para toda essa sobrecarga de serviço.” Segundo ele, para apoiar o quadro, que é carente, há 444 pessoas, entre servidores municipais, estagiários e funcionários da MGS, que auxiliam na tarefa de exercício de polícia.

Hafez Tadeu enumerou algumas estratégias adotadas para “produzir todo esse serviço”: “valorização dos policiais civis, com cursos de atualização promovidos pela sede da Acadepol, de forma regionalizada e, no mínimo, semestrais, mantendo-os treinados no uso e manuseio de armas, equipamentos diversos e motivados; racionalização do uso do material à disposição das unidades policiais, pela conscientização dos servidores. Há reuniões periódicas dos servidores em todos os níveis da administração para coleta dos problemas, encaminhamento das instâncias superiores, visando prover as chefias de informações atualizadas; (...) troca de informações e conhecimento entre todos os organismos policiais e instituições ligadas à defesa social para estratégias conjuntas e estreitamento de laços de união; realização de convênios com faculdades e prefeituras municipais, para angariar estagiários e servidores municipais, suprimindo parte da carência de pessoal. Munir os Delegados Regionais de todas as informações referentes aos critérios de produtividade e metas para que esses sejam multiplicadores da doutrina e repassem a

todos os colegas a necessidade de atingi-las e suplantá-las.”

Para o Delegado, o contingente policial não é suficiente, havendo uma “falta crônica de policiais e servidores administrativos, agravada pelas aposentadorias e pela evasão de servidores devido aos baixos salários”. Outros problemas enfrentados pela 6ª Risp: inexistência de delegacias com efetivo fixo, obrigando os Delegados e equipe a atender vários Municípios; deslocamento de radiopatrulhas entre Municípios para condução de pessoas presas em flagrante para outras delegacias; carência de material, levando à improvisação; falta de espaço físico para sediar a Risp, dificultando a materialização da integração pretendida; ausência de dotação orçamentária específica para os Departamentos; ausência de central de material e logística; não implementação do plano de carreiras; não regulamentação do cargo de Chefe de Departamento e respectivas atribuições; carga horária de trabalho desumana; remuneração aquém da realidade; prestação de serviço fora da área de lotação do servidor; pouca autonomia das chefias da Polícia Militar na mobilização de pessoal e alocação de recursos, inclusive viaturas.

Em relação ao número de homicídios, houve 83 em 2007, 86 em 2008 e 96 em 2009. Para ele, a incidência criminal no Sul de Minas é pulverizada, o que dificulta uma ação policial estratégica. As cidades da 6ª Risp com maiores índices de criminalidade violenta por ordem decrescente são: Santa Rita do Sapucaí, Alfenas, Campo Belo, Três Corações e São Gonçalo do Sapucaí.

O Delegado informou, ainda, que a 6ª Risp adota como estratégia de atuação o Projeto 48 horas, que envolve as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros em ações integradas e consiste “na mobilização da maioria dos policiais disponíveis, visando ao esclarecimento de crimes de clamor público e violência no menor espaço de tempo possível (...) utilizando os recursos humanos das regionais existentes no nosso Departamento, com apoio do coordenador de operações de polícia judiciária da Superintendência-Geral da Polícia Civil, em Belo Horizonte”.

O Cel. Márcio Martins Santana, ex-Comandante da Polícia Militar na 6ª Risp, destacou que a prática e a convivência têm mostrado que é possível as polícias trabalharem de forma sistêmica e integrada. “Dou meu testemunho sobre o funcionamento extremamente positivo da gestão integrada no Sul de Minas.”

Segundo o Coronel, na 6ª Região da Polícia Militar funcionam oito unidades de execução operacional e uma especializada em meio ambiente e trânsito. A Região é composta por 138 Municípios. Entre os avanços obtidos com a integração está o incremento na capacidade de coordenação das Aisps, em que “o Delegado trabalha lado a lado com o Comandante da Companhia”, fazendo com que os problemas se tornem mais evidentes e as soluções mais práticas. Márcio Martins destacou, ainda, que melhorou “a capacidade de coordenação, de planejar e executar um policiamento inteligente e focado no uso de sistema integrado de informações criminais, a capacidade de articular parceiros em potencial, e o controle dos homicídios e do tráfico de drogas em áreas de risco. As nossas ações se completam. (...)

Conseguimos, ainda, melhor planejamento de execuções preventivas e ampliação do acesso à informação criminal. Compartilhar os dados era algo inconcebível. Eram duas polícias trabalhando num Estado sem compartilhar informações, logo o avanço é significativo”.

No que diz respeito às divisas do Estado, há o problema da presença recorrente de infratores vindos de 22 Municípios paulistas e, em menor número, do Rio de Janeiro. Essa criminalidade no Sul de Minas, oriunda de São Paulo e do Rio de Janeiro, tem levado à constante troca de informações, além de acordos de ações conjuntas, entre as polícias de Minas e as dos dois Estados, o que tem se revelado positivo no combate à criminalidade.

O índice de criminalidade na região, em 2007, foi de 30,14‰ (30,14 por mil), ou seja, pouco mais de 30 crimes para cada grupo de mil habitantes. Em 2008, caiu para 28,87‰, e em 2009, para 27,65‰. A média do Estado foi bem maior, superior a 30‰, nesses três anos. O índice de criminalidade violenta, que abrange homicídio, tentativa de homicídio, roubo, extorsão mediante sequestro e estupro, foi de 1,42‰ em 2006. Em 2007, caiu para 1,34‰, e em 2008, para 0,98‰, ou seja, menos de um crime violento para cada grupo de mil pessoas. A média do Estado, em 2006, foi de 4,70‰; em 2007, 4,33‰; e em 2008, 3,52‰. Hoje, em Belo Horizonte, o índice de criminalidade violenta deve estar em torno de 10‰.

Segundo Márcio Martins, “menos de um crime violento para cada grupo de mil habitantes, por ano, é algo extremamente significativo. Nenhuma outra região do Estado conseguiu isso. Mas costumo dizer que nós é que sabemos a qualidade de vida que queremos ter. Então 0,98‰ ainda é muito para nós. Queremos diminuir esse índice mais ainda, trazendo sensação de segurança ao cidadão”.

Na opinião do Coronel, o grande problema da região são os homicídios, apesar desse tipo de crime apresentar índice relativamente baixo quando comparado com a média do Estado. “Em números absolutos, isso muito nos preocupa, porque a vida é o bem maior. Uma pessoa que morre não pode ser tratada como um mero índice.”

Ainda em relação aos homicídios, acrescentou: “É impossível ou muito difícil fazer uma intervenção estratégica quando a incidência criminal é muito pulverizada. Como faremos a prevenção da ocorrência de um homicídio, em Areado, praticado com canivete, na zona rural? É uma situação complicada. É diferente dos grandes centros urbanos, onde há disputa no tráfico, guerra de gangues, o que é mais significativo. Temos como atacar o problema em nossas grandes cidades, mas essa pulverização na incidência criminal é muito complicada”.

Indagado se há uma relação dos homicídios com o tráfico de drogas, o Coronel respondeu que sim e citou o exemplo de Campo Belo, onde “praticamente 100% da incidência criminal e dos homicídios são relacionados com a droga. A execução é com arma de fogo, com tiro na cabeça, tiro no peito. É bem evidente essa ligação”. Em contraposição, grande parte dos homicídios na zona rural são de ordem passional e cometidos com arma branca, como canivete, faca, enxada, machado. Segundo o expositor, busca-se reduzir a violência também nas áreas rurais, com a

ampliação das patrulhas rurais. “Temos uma dotação logística significativa, com viaturas quatro por quatro, que nos tem permitido isso.”

Além de se buscar reduzir a sensação de insegurança da população, Márcio Martins defendeu ser necessário pacificar as comunidades de risco por meio de programas de prevenção. Registrou a existência de um exitoso programa desenvolvido pela Polícia Militar em Pouso Alegre, Os Meninos do Mandu, que trabalha com crianças em áreas de risco. Além disso, as ações de prevenção ativa do Proerd já atingiram aproximadamente 300 mil crianças no Sul de Minas, o que corresponde a mais de 20% do Estado.

É preciso, ainda, fortalecer ações de inteligência, investindo em sistemas e aprimorando o quadro policial. Segundo o Coronel, hoje todos os comandantes de batalhão estão municiados de informações qualificadas para agir estrategicamente. É necessário também fortalecer a Corregedoria e criar “patrulhas de controle de qualidade”. “Sabemos que a polícia tem as suas mazelas. Temos, hoje, um efetivo de 4 mil homens e mulheres com desvios de conduta, o que não escondemos de ninguém. (...) O sentimento de impunidade tem muito a ver com a ação da Corregedoria das instituições policiais. As instituições policiais que não passam a mão na cabeça dos seus servidores têm a possibilidade de prestar um serviço de maior qualidade à população.”

Por fim, o Coronel sublinhou a atuação significativa da 6ª Risp no tocante à apreensão de armas de fogo e ao número de operações realizadas. “Em 2009, houve 98 mil operações. Isso pode causar alguma estranheza porque o nosso conceito de operação, às vezes, é diferente do senso popular. Operação é toda aquela ação coordenada, planejada, feita por mais de dois militares.”

O Prefeito de Pouso Alegre evidenciou que estudos feitos pela ONU e por organizações não governamentais de todo o mundo comprovam que a violência urbana é resultado também das injustiças sociais e da má distribuição de renda. No que concerne à recuperação de pessoas que cometem crimes, destacou o trabalho de recuperação desenvolvido pela Apac de Pouso Alegre.

O Subsecretário Cloves Benevides disse que o uso de entorpecentes é “grande aditivo às questões da incidência criminal” e salientou que Minas é o Estado que realizou o maior número de leilões de bens apreendidos de traficantes no País, incluindo aeronaves e carros, o que é um golpe na estrutura do crime organizado.

Segundo ele, pesquisa da Seds mostra que 51% dos adolescentes em cumprimento de medida de internação estão no sistema por crime de porte ou tráfico de drogas. “Nosso maior problema de saúde pública e de segurança é o uso de entorpecentes e sua estreita relação com a incidência criminal. Nos espaços rurais, nos crimes em que se utiliza a arma branca, hoje já se nota o uso do álcool pelos indivíduos. Quanto à violência doméstica contra a mulher, em 38% dos casos o álcool aparece na motivação do ilícito.” As ações de prevenção são fundamentais, pois dados da Organização Mundial de Saúde mostram que a cada real investido em políticas de prevenção, economizam-se nove reais ao longo de 10 anos.

O Vereador Marcos Tadeu registrou que no período de junho a agosto de 2009 houve, no Município de Jacutinga, 63 roubos de automóveis. “Para Jacutinga, uma cidade de 22 mil habitantes, é um índice muito grande. Na época, conversamos com o Comandante da Polícia, que nos disse que o problema não estava na Polícia Militar, mas na Polícia Civil de Jacutinga, que é carente, não tem efetivo suficiente para fazer uma investigação profunda. A Delegacia de Jacutinga conta com um Delegado e um Detetive. (...) Há poucos dias um taxista foi assassinado. Também uma senhora foi assassinada, e até agora não tivermos resposta, não sabemos quem matou essas pessoas.”

O Inspetor Emilson Loures apontou como problema relevante a extensão da malha rodoviária e o baixo número de patrulheiros. A Polícia Rodoviária Federal no Sul de Minas dispõe de 35 homens para cobrir 330km de rodovias. Segundo o Inspetor, eles recebem o auxílio das Polícias Civil e Militar, principalmente o apoio de viaturas, tendo em conta o aumento da criminalidade ao longo das rodovias, em grande medida proveniente de São Paulo. Registrou, ainda, o alto número de acidentes e o uso de bebida alcoólica como fatores que contribuem para o aumento da demanda pelo trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

Luciano de Melo Ferreira salientou o problema do tráfico na divisa do Estado, no Distrito de Sapucaí. Segundo ele, pela MG-290 passam “toneladas de drogas todo mês. Queiram ou não acreditar, temos certeza de que o PCC está operando na região, segundo informações da própria polícia”.

José Carlos relatou a situação da cadeia de Pouso Alegre, que, segundo ele, tem capacidade para 86 presos, mas encontra-se com mais de 350. Informou também que as vagas para tratamento de usuários de droga em Pouso Alegre são insuficientes para atender a demanda.

A Promotora Tereza Cristina defendeu a necessidade de uma política de segurança voltada não só para a vertente repressiva, mas também para as estratégias de prevenção. Para ela, “a melhor maneira é o investimento nos projetos de inclusão social com maior enfoque na educação e na estruturação das famílias”. Ressaltou, ainda, a preocupação do Ministério Público quanto ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas em Pouso Alegre e frisou que “no que tange ao roubo de cargas, os inquéritos instaurados têm sido negativos quanto ao esclarecimento da autoria, sendo todos eles arquivados”.

Quanto à inauguração de um novo presídio em Pouso Alegre, com capacidade para 302 presos, a Promotora informou que há previsão de que retornem à cidade 300 presos condenados na comarca e que hoje cumprem pena em outros presídios. Por fim, defendeu a prioridade na construção de presídios, a municipalização da política carcerária e a estruturação de equipes multidisciplinares para atuar nas Apacs.

A Vereadora Mariana Aparecida reivindicou que o Proerd seja estendido aos alunos do ensino fundamental, do 5º ao 9º ano, e aos alunos do ensino médio. Além disso, reforçou a

necessidade de dotar a Polícia Civil de melhor estrutura, principalmente no que tange à vistoria de veículos, uma vez que, segundo a Vereadora, várias cidades dependem de Pouso Alegre para vistoriar e emplacar veículos.

Raquel Ribeiro afirmou que a Defensoria Pública continua padecendo de problemas estruturais, como a ausência de Defensores em mais de 200 comarcas do Estado. E disse considerar a Comarca de Pouso Alegre privilegiada por ter oito Defensores, embora não consigam atender toda a demanda.

O Vereador Paulo Henrique Pereira Alves sugeriu aos Deputados da Comissão a realização de um fórum, em extensão a esta audiência, para que sejam discutidas as diretrizes e os princípios definidos na Conferência Nacional de Segurança.

II.2) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Secretário de Desenvolvimento Social e ao Secretário de Defesa Social do Estado, solicitando implantar ações preventivas, aumentar o quadro de servidores e o número de veículos para atender a população no Município de Jacutinga;

b) ofício ao Governador do Estado, ao Vice-Governador, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Defesa Social, solicitando instalar duas unidades da Polícia Militar na divisa com o Estado de São Paulo, a primeira na Rodovia MG 290 e a outra na nova ligação asfáltica que passa pelo Município de Albertina;

c) ofício ao Secretário de Defesa Social, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil, solicitando combater o aumento da criminalidade no Município de Santa Rita do Sapucaí e o elevado número de fugas na Cadeia Pública local;

d) ofício ao Secretário de Defesa Social, solicitando informações sobre qual será a destinação da Cadeia Pública de Santa Rita do Sapucaí após a reforma;

e) ofício ao Secretário de Esportes e Juventude, solicitando implantar programas e ações na área de esportes e na prevenção do uso de drogas junto às prefeituras do Estado visando prevenir o aumento da criminalidade;

f) ofício ao Subsecretário de Políticas Antidrogas, solicitando intervir junto ao judiciário agilidade nos leilões de bens confiscados oriundos do tráfico de drogas no Estado;

g) ofício ao Governador, ao Vice-Governador, ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe de Polícia Civil, solicitando realizar estudos de implantação de vilas para moradia de policiais civis e militares no Estado;

h) ofício ao Ministro de Estado da Justiça e a direção da Polícia Rodoviária Federal, solicitando destinar mais equipamentos e ampliar o quadro de pessoal da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal;

i) ofício solicitando a realização de reunião de audiência pública no Município de Machado para discutir a instalação de uma unidade prisional na Cidade.

III - Principais pontos abordados:

a) No que concerne às dificuldades enfrentadas pela Polícia Civil, o Delegado Hafez Tadeu Sadi enumerou, entre outras, a “falta crônica de policiais e servidores administrativos, agravada pelas aposentadorias e pela evasão de servidores devido aos baixos salários”. Entretanto, o próprio Delegado apontou como iniciativa para suprir a carência de pessoal da Polícia Civil a realização de convênios com faculdades e prefeituras, para angariar estagiários e servidores municipais.

b) Trata-se de um problema grave, pois estão alocados no quadro da Polícia Civil da região, entre servidores municipais, estagiários e funcionários da MGS, 444 pessoas, que se supõe despreparadas para as especificidades das funções de polícia judiciária, sem garantias jurídicas advindas do vínculo proporcionado pela relação de emprego com o Estado, quando é por demais sabido que esses servidores, por disposição constitucional, têm que ser submetidos a concurso público.

c) Entre as estratégias adotadas para aumentar a produtividade da Polícia Civil na 6ª Risp, o Delegado citou a “valorização dos policiais civis, com cursos de atualização promovidos pela sede da Acadepol, de forma regionalizada e, no mínimo, semestrais, mantendo-os treinados no uso e manuseio de armas”. Pergunta-se: qual é a situação dos estagiários e dos auxiliares cedidos por prefeituras em relação ao treinamento? Estariam eles minimamente habilitados para auxiliar no exercício da função policial?

d) Pode-se depreender, ainda, que a falta de estrutura da Polícia Civil não parece ser um problema exclusivo da corporação. Em prol do aumento do efetivo da Polícia Militar manifestou-se o Deputado Dalmo Ribeiro Silva: “hoje a situação mais grave é a falta de efetivo, e sabemos da dificuldade enfrentada pelas Polícias Militar e Civil”.

e) Relevante notar, entretanto, que a Polícia Militar, representada na audiência pelo ex-Comandante da Região, Cel. Márcio Martins Santana, em momento algum apontou a necessidade de mais efetivo, nem mesmo de apoio logístico. A única dificuldade abordada foi quanto à atuação preventiva em relação aos crimes de homicídio, dada a sua incidência pulverizada, que se estende à zona rural, onde são cometidos com armas brancas em sua maioria. Mas, mesmo a esse respeito, o Cel. Santana afirmou que o objetivo estratégico é buscar reduzir a violência também nas áreas rurais, com a ampliação das patrulhas rurais. “Temos uma dotação logística significativa, com viaturas quatro por quatro, que nos tem permitido isso.”

f) O Coronel, referindo-se à integração entre as polícias, foi enfático: “Dou meu testemunho

sobre o funcionamento extremamente positivo da gestão integrada no Sul de Minas”.

g) Registre-se que o Delegado Sadi foi claro ao apontar, entre os problemas existentes, a falta de espaço físico para sediar a Risp, que dificulta a materialização da integração pretendida, e a pouca autonomia das chefias da Polícia Militar na mobilização de pessoal e alocação de recursos, inclusive viaturas, o que nos remete a um claro problema de interface na almejada integração das polícias.

h) Outro trecho da exposição do Cel. Santana merece registro. Segundo ele, “operação é toda aquela ação coordenada, planejada, feita por mais de dois militares”. Se a operação ocorre entre militares, a ação integrada de policiais militares e civis não seria operação?

i) Em relação a esses registros, faz-se necessário, ainda, indagar como é possível que a integração seja tão exitosa se a Polícia Civil enfrenta vários problemas, que se constituem em grandes entraves à sua atuação. De duas, uma: ou a integração entre as polícias se revela muito mais no plano do discurso do que no das ações, ou a Polícia Militar não tem problemas de atuação na 6ª Risp e seria uma espécie de “prima rica” da Polícia Civil, o que de igual modo inviabilizaria a “tão exitosa” integração.

j) Outro dado preocupante foi o trazido pela representante do Ministério Público: “no que tange ao roubo de cargas, os inquéritos instaurados têm sido negativos quanto ao esclarecimento da autoria, sendo todos eles arquivados”. Esse fato nos remete à necessidade, apontada pelo Cel. Márcio Martins Santana, de uma atuação mais rigorosa por parte das Corregedorias das polícias. Segundo ele, “o sentimento de impunidade tem muito a ver com a ação da Corregedoria das instituições policiais”.

k) Não obstante a existência dos problemas apontados, o que sugere a permanência das dificuldades estruturais enfrentadas pelas polícias e pelo sistema de justiça criminal como um todo, restou evidenciado na fala de alguns expositores que o pano de fundo no qual se desenvolve o problema da criminalidade violenta está estruturalmente atrelado à ausência de políticas públicas efetivas, acentuadamente de caráter preventivo, que construam sujeitos verdadeiramente cidadãos.